

Central Eólica Praias de Parajuru S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	25
4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTE	25
5. IMPOSTOS A RECUPERAR.....	25
6. DEPÓSITOS VINCULADOS	26
7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	27
8. FORNECEDORES.....	28
9. CONTAS A PAGAR – ELETROBRAS	28
10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	29
11. PROVISÕES PARA RISCOS	30
12. DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS	31
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32
14. RECEITA.....	33
15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	33
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	33
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	33
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	35
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	35
20. COMPROMISSOS	38
21. SEGUROS	39
22. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	39
PARECER DO CONSELHO FISCAL	40
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	41

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores Acionistas,

A Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado era de R\$70.560 mil, representado por 70.560.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um Prejuízo de R\$9.884 mil em 2018, em comparação a R\$357 mil em 2017.

Receita Operacional

A receita operacional líquida foi de R\$28.933 mil em 2018, em comparação a R\$20.582 mil em 2017, representando um aumento de 40,57%, relativo a um menor ajuste de receita em 2018. Esse ajuste decorre da diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada no ano.

Tributos e Encargos incidentes sobre a Receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$741 mil em 2018, comparados a R\$2.217 mil em 2017, representando uma redução de 66,58% resultante da mudança do regime de tributação.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$33.632 mil em 2018, em comparação a R\$17.391 mil em 2017, representando um aumento de 93,39%. Esse aumento decorre principalmente dos contratos de manutenção dos aerogeradores.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro em 2018 correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$4.071 mil, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$3.152 mil em 2017, representando um aumento de 29,16%, decorrente, basicamente, do menor rendimento das aplicações financeiras em 2018.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2018, a Companhia apurou o montante de R\$1.114 mil de despesas com imposto de renda e contribuição social. Comparativamente ao mesmo período em 2017, a Companhia apurou despesas no montante de R\$396 mil. Esta variação decorre da mudança do regime de tributação de lucro real para lucro presumido, bem como da variação do resultado de 2017 para 2018.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

R\$ mil	2018	2017	Var.%
Resultado Líquido	(9.884)	(357)	2.668,63
Despesa de IR e CS	1.114	396	181,31
Resultado Financeiro	4.071	3.152	29,16
Amortização e Depreciação	9.537	9.523	0,15
LAJIDA	4.838	12.714	(61,95)

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento ao acionista controlador pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 01 DE JANEIRO DE 2017

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2018	2017 Reapresentado	01/01/2017 Reapresentado
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.231	35.373	17.748
Contas a receber de cliente	4	3.136	4.010	3.859
Estoques		398	159	-
Impostos a recuperar	5	376	1.074	455
Partes relacionadas	18	-	-	15.048
Despesas antecipadas		349	359	338
Adiantamentos a fornecedores		573	228	864
Outros ativos		-	273	234
TOTAL DO CIRCULANTE		6.063	41.476	38.546
NÃO CIRCULANTE				
Depósitos vinculados	6	6.965	6.591	6.063
Partes relacionadas	18	22.878	843	-
Impostos a recuperar	5	790	593	-
Impostos diferidos	17	195	-	93
Imobilizado	7	102.861	108.688	118.006
Intangível	7	873	956	1.015
Outros ativos		13	651	156
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		134.575	118.322	125.333
ATIVO TOTAL		140.638	159.798	163.879

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 01 DE JANEIRO DE 2017

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2018 Reapresentado	2017 Reapresentado	01/01/2017 Reapresentado
CIRCULANTE				
Fornecedores	8	1.032	573	804
Empréstimos e financiamentos	10	-	15.428	14.402
Contas a pagar – Eletrobras	9	3.373	9.382	1.671
Obrigações sociais		-	182	189
Impostos a recolher		286	96	313
Dividendos a pagar		446	446	1.758
TOTAL DO CIRCULANTE		5.137	26.107	19.137
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos	10	55.576	43.712	55.207
Contas a pagar – Eletrobras	9	950	1.050	1.150
Impostos diferidos	17	-	-	-
Provisões para riscos	11	-	646	331
Provisão para desmobilização de ativos	12	7.139	6.565	6.037
Outros passivos		84	82	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		63.749	52.055	62.725
TOTAL DO PASSIVO		68.886	78.162	81.862
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	13	70.560	70.560	70.560
Reservas de lucros		-	9.801	10.182
Prejuízos acumulados		(83)	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital		1.275	1.275	1.275
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		71.752	81.636	82.017
PASSIVO TOTAL		140.638	159.798	163.879

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo básico e diluído por lote de mil ações)

	Nota	2018 Reapresentado	2017 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	14	28.933	20.582
CUSTOS OPERACIONAIS	15		
Pessoal		(1.684)	(1.620)
Material		(7.133)	(282)
Serviços de terceiros		(11.641)	(1.239)
Amortização e depreciação		(9.328)	(9.328)
Taxa de fiscalização e transmissão		(1.920)	(1.910)
Outros custos		(1.004)	(1.035)
		(32.710)	(15.414)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(3.777)	5.168
DESPESAS OPERACIONAIS	15		
Pessoal e administradores		(1)	(3)
Amortização e depreciação		(209)	(195)
Serviços de terceiros		(367)	(256)
Outras despesas gerais		(345)	(1.523)
		(922)	(1.977)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro		(4.699)	3.191
Receitas financeiras	16	1.505	3.471
Despesas financeiras	16	(5.576)	(6.623)
		(4.071)	(3.152)
Lucro (Prejuízo) antes dos Impostos		(8.770)	39
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	17	(1.190)	(302)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	17	76	(94)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(9.884)	(357)
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$ (Reapresentado)		(140,08)	(5,06)

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017 Reapresentado
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(9.884)	(357)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(9.884)</u>	<u>(357)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Prejuízos Acumulados	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC")	Total
		Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros			
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2017 (Originalmente Apresentado)	70.560	1.119	15.943	-	1.275	88.897
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(6.880)	-	-	(6.880)
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2017 (Reapresentado)	70.560	1.119	9.063	-	1.275	82.017
Prejuízo do exercício	-	-	-	(357)	-	(357)
Destinação do resultado:						
Constituição de reservas	-	5	71	(76)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(24)	-	(24)
Absorção de prejuízos	-	-	(457)	457	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Reapresentado)	70.560	1.124	8.677	-	1.275	81.636
Prejuízo do exercício	-	-	-	(9.884)	-	(9.884)
Destinação do resultado:						
Absorção de prejuízos com reservas	-	(1.124)	(8.677)	9.801	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Reapresentado)	70.560	-	-	(83)	1.275	71.752

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017 Reapresentado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(9.884)	(357)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Nota 15)	9.537	9.523
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 10)	4.975	6.058
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados (Nota 16)	(374)	(606)
Impostos diferidos (Nota 14 e 17)	(195)	94
Juros sobre mútuos (Nota 16)	(301)	(65)
Provisão para desmobilização de ativos (Nota 12)	574	528
Provisão para riscos (Nota 11)	(646)	315
	3.686	15.490
(Aumento) Redução de Ativos		
Contas a receber de clientes (Nota 4)	874	(151)
Impostos a recuperar (Nota 5)	501	(1.212)
Adiantamentos a fornecedores	(345)	636
Despesas antecipadas	10	(21)
Partes relacionadas (Nota 18)	-	(778)
Estoques	(239)	(159)
Outros ativos	911	(556)
	1.712	(2.241)
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores (Nota 8)	459	(231)
Obrigações sociais	(182)	(7)
Impostos a recolher	190	(217)
Contas a pagar – Eletrobras (Nota 9)	(6.109)	7.611
Juros pagos (Nota 16)	(709)	(1.631)
	(6.351)	5.525
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(953)	18.774
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adição ao Imobilizado e ao Intangível (Nota 7)	(3.626)	(126)
Depósitos vinculados (Nota 6)	-	78
Mútuo – Partes relacionadas (Nota 18)	(21.733)	15.130
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(25.359)	15.082
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de Empréstimos e Financiamentos (Nota 10)	(7.830)	(14.896)
Dividendos pagos	-	(1.335)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(7.830)	(16.231)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(34.142)	17.625
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	35.373	17.748
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 3)	1.231	35.373
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(34.142)	17.625

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 01 DE JANEIRO DE 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 27 de agosto de 2004, tendo como objetivo a implantação, a exploração e a comercialização da energia elétrica da Central Eólica Praias de Parajuru - CGE Praias de Parajuru (“Central Eólica” ou “Empreendimento”), localizada na Praia de Parajuru, Beberibe, Estado do Ceará.

A Companhia foi autorizada a funcionar como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, de acordo com a Resolução Autorizativa ANEEL nº 526/2002, com uma capacidade de produção instalada de 28,8 MWh, mediante a operação de 32 aerogeradores. O Despacho da ANEEL nº 3452/2007, autorizou a alteração das características técnicas, passando a central geradora eólica a ser composta por 19 aerogeradores, permanecendo com 28,8 MWh de potência instalada.

Em 30 de junho de 2004, foi firmado contrato de venda de 76.801 MWh por ano de energia pelo preço de R\$211,90 por MWh com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, por um prazo de 20 anos, a contar da data planejada da operação comercial, que inicialmente estava prevista para 8 de dezembro de 2006.

Em 2 de setembro de 2008, foram assinados aditivos ao contrato de venda de energia, que alterou a quantidade de energia anual de 76.801 MWh para 106.604 MWh, e o preço de referência de R\$211,90 por MWh para R\$186,84 por MWh.

Em 15 de julho de 2009, foi assinado termo aditivo ao contrato de venda de energia, que alterou o início da operação comercial para 31 de julho de 2009, permanecendo o prazo do contrato de 20 anos.

Apesar da autorização de funcionamento da Companhia pela ANEEL ser de 30 anos, em função de atrasos na implantação do projeto, a mesma só começou a operar seis anos depois, e não sendo solicitada a prorrogação do prazo de autorização à ANEEL. A Companhia iniciou suas operações em 19 de agosto de 2009.

Conforme ofício SRG/ANEEL 241/2011 da ANEEL, a energia contratada a partir do exercício de 2012 passou de 115.636 MWh para 59.425 MWh e o preço de referência para a nova energia contratada passou de R\$280,31 para R\$331,45.

Conforme ofício CTA-ECC 1881/2011 da Eletrobras, a energia contratada a partir do exercício de 2011 passou de 106.604 MWh para 73.525 MWh e o preço de referência de R\$186,84 por MWh para R\$317,91 por MWh vendido. Não houve alterações nos anos posteriores.

O preço de energia é reajustado anualmente pelo IGP-M. Em 31 de dezembro de 2018, o contrato de venda de energia com a Eletrobras possui as seguintes condições:

Usina	Quantidade MWh/ano	Preço R\$/MWh	Início do Contrato	Fim do Contrato
Praias de Parajuru	73.525	464,98 (*)	Jul./09	Jul./29

(*) Tarifa contratual reajustada pelo IGP-M.

O valor por MWh mencionado acima é o valor contratual recebível quando a energia gerada for entre 70% e 100% da energia contratada. Quando a energia gerada exceder a 100% da energia contratada ou quando a energia gerada for menor do que 70% da energia contratada, o preço é ajustado com base na fórmula contratual, calculada pela diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada no ano anterior, referida ao centro de gravidade, pelo preço ajustado pela curva do fator de capacidade e a energia contratada no ano anterior pelo preço unitário definido no contrato, rateada igualmente pelos 12 meses do ano subsequente.

Em 31 de dezembro de 2018, a energia gerada de 66.494 MWh, foi inferior a energia contratada, de 73.525 MWh em 7.031 MWh, principalmente em decorrência da situação operacional dos aerogeradores da Companhia mencionada abaixo:

A empresa, Wind Power Energia S.A., entrou em processo de recuperação judicial em dezembro de 2014. Esta é a fornecedora dos aerogeradores e como tal, era responsável pela garantia de parte desses ativos. A referida empresa era também responsável pela operação e manutenção dos equipamentos, cujo contrato foi rescindido em 12 de novembro de 2014 e desde então a própria Companhia assumiu a manutenção do parque eólico.

Em 31 de dezembro de 2018, do total de 19 aerogeradores, o parque ainda possuía 03 aerogeradores do projeto original e 16 substituídos para o modelo novo da WEG, sendo que a manutenção de 4 aerogeradores ocorreu no último trimestre de 2018, porém a energia gerada ainda não superou a contratada. Dessa forma, os aerogeradores que não foram reparados, encontram-se em funcionamento, mas com performance inferior a desejada em decorrência das falhas citadas anteriormente, o que acarretou em geração de energia inferior à contratada no período.

Em decorrência da situação operacional dos aerogeradores, a Administração da Central Eólica Praias de Parajuru S.A., adotou como estratégia para retomar o funcionamento das máquinas, a contratação de um novo fornecedor, objetivando o reparo de todos os 19 aerogeradores, com isso a Administração espera voltar a operar com a máxima capacidade do parque eólico.

1.1. Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$9.884.

O principal motivo para esse cenário é a situação dos aerogeradores, conforme mencionado acima.

Diante deste cenário, a Companhia vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa. A seguir estão relacionados as ações e o plano da Companhia:

- a) Em 13 de julho de 2018, a Companhia assinou termo aditivo para a repactuação da dívida com a Caixa Econômica Federal, incluindo as seguintes condições: (i) período de carência de 24 meses com a suspensão das amortizações mensais; (ii) durante o período de carência intermitente, todos os recursos que possam ser distribuídos a título de dividendos obrigatórios declarados ou não aos acionistas, deverão ser retidos e ou reinvestidos para o custeio de despesas de manutenção e investimentos necessários para a troca e melhoria (retrofit) dos equipamentos.

A Companhia está adimplente em relação ao pagamento das parcelas dos financiamentos previstas no contrato.

- b) Resolução dos problemas com os aerogeradores considerando as ações em andamento com o novo fornecedor.
- c) A Companhia fará uso de recursos próprios como contraprestação do serviço envolvendo os aerogeradores, considerando o plano de repactuação da dívida acima descrito.

Com base nas projeções dos fluxos de caixa futuros previstos com a retomada da plena capacidade de geração de energia, a Administração entende que, com o sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

1.2. *Processo de arbitragem e descruzamento das participações societárias detidas conjuntamente pela Energimp S.A. (“Energimp”) e Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”)*

Em 2013, foi iniciado um processo de arbitragem entre as acionistas da Companhia, Energimp S.A. e Cemig GT, visando resolver conflitos relacionados ao ajuste de preço previsto no contrato de compra e venda de ações das eólicas Central Eólica Praia do Morgado S.A., Central Eólica Praias de Parajuru S.A. e Central Eólica Volta do Rio S.A., firmado em 2009. Em 30 de maio de 2017, a sentença final do processo foi emitida pelo Tribunal Arbitral, favorável ao acionista Cemig GT e o processo de liquidação ocorreu mediante transferência de ações dos investimentos da Energimp.

Em 17 de maio de 2018 foi celebrado o “Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças”, para quitação da dívida que a Energimp possuía junto à Cemig GT, mediante processo de alienação e permuta de ativos. Em 20 de dezembro de 2018, mediante cumprimento das condições suspensivas previstas no “Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças”, o descruzamento de ativos foi concluído e consistiu na aquisição pela Cemig GT de 51% da participação societária detida pela Energimp na empresa Parajuru, a qual era controlada em conjunto pela Energimp e Cemig GT e passou a ser uma subsidiária integral da Cemig GT.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 02 de dezembro de 2020, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a reapresentação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Imobilizado e Intangível (Depreciação/Amortização);
- Nota 11 – Provisões para riscos;
- Nota 12 – Provisão para desmobilização.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 15/ CPC 47 – Receita de Contratos com clientes

A IFRS 15 (CPC 47 - receita de contrato com clientes) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Este novo pronunciamento substituiu todas as exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o IFRS 15/CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas em vigor.

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo IFRS 15/CPC 47:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A norma eliminou as categorias existentes pela IAS 39/CPC 38 e, portanto, a Companhia passou a reclassificá-las de acordo com norma atual, conforme abaixo:

	Classificação	
	IAS 39/CPC 38	IFRS 9/CPC 48
Ativos Financeiros		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	Empréstimos e recebíveis	Valor justo resultado
Clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado
Passivos Financeiros		
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar – Eletrobras	Custo amortizado	Custo amortizado
Partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

■ IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia avaliou os efeitos da aplicação inicial dessa nova Interpretação com base em seus contratos de arrendamento de parques eólicos e concluiu que estes contratos não atendem aos requisitos da nova norma.

- IFRIC 23/ICPC 22 – Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

A Companhia ainda está avaliando os potenciais efeitos da aplicação dessa nova Interpretação sobre os valores e divulgações apresentados em suas demonstrações financeiras.

- A Companhia analisou as demais normas alteradas e interpretações não vigentes e concluiu que as mesmas não deverão ter um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

2.7 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com clientes, depósitos vinculados, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar com a Eletrobras.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, sem prazos fixados para o resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

d) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas ao prazo da autorização de operação ao qual se refere. As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 7.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada período de reporte, considerando o prazo do contrato de venda de energia, com o efeito de quaisquer alterações nas estimativas sendo contabilizadas prospectivamente.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

e) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

g) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e, portanto, inclui o fornecimento de energia realizado. A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

h) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras referem-se, basicamente, aos juros sobre empréstimos e financiamentos.

2.8 Reapresentação das Demonstrações Financeiras

2.8.1 Reapresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em 27 de setembro de 2019 a Companhia emitiu suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cujo balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido, estão sendo reapresentados, em função da Companhia ter identificado que ainda não havia concluído todas as formalizações necessárias para a integralização de um adiantamento para futuro aumento de capital. Os impactos deste assunto nas demonstrações financeiras estão a seguir detalhados:

	Nota	2018 Apresentado	Ajustes	2018 Reapresentado
CIRCULANTE				
Fornecedores	8	1.032	-	1.032
Contas a pagar – Eletrobras	9	3.373	-	3.373
Impostos a recolher		286	-	286
Dividendos a pagar		446	-	446
TOTAL DO CIRCULANTE		5.137	-	5.137
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos	10	55.576	-	55.576
Contas a pagar – Eletrobras	9	950	-	950
Provisão para desmobilização de ativos	12	7.139	-	7.139
Outros passivos		84	-	84
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		63.749	-	63.749
TOTAL DO PASSIVO		68.886	-	68.886
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	13	71.835	(1.275)	70.560
Prejuízos acumulados		(83)	-	(83)
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	1.275	1.275
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		71.752	-	71.752
PASSIVO TOTAL		140.638	-	140.638

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:

Apresentado:

	Capital Social	Reservas de Lucros		Prejuízos Acumulados	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC")	Total
		Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros			
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2017 (Originalmente Apresentado)	70.560	1.119	15.943	-	1.275	88.897
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(6.880)	-	-	(6.880)
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2017 (Reapresentado)	70.560	1.119	9.063	-	1.275	82.017
Prejuízo do exercício	-	-	-	(357)	-	(357)
Destinação do resultado:						
Constituição de reservas	-	5	71	(76)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(24)	-	(24)
Absorção de prejuízos	-	-	(457)	457	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Reapresentado)	70.560	1.124	8.677	-	1.275	81.636
Integralização AFAC (Nota 13)	1.275	-	-	-	(1.275)	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(9.884)	-	(9.884)
Destinação do resultado:						
Absorção de prejuízos com reservas	-	(1.124)	(8.677)	9.801	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Apresentado)	71.835	-	-	(83)	-	71.752

Reapresentado:

	Capital Social	Reservas de Lucros		Prejuízos Acumulados	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC")	Total
		Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros			
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2017 (Originalmente Apresentado)	70.560	1.119	15.943	-	1.275	88.897
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(6.880)	-	-	(6.880)
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2017 (Reapresentado)	70.560	1.119	9.063	-	1.275	82.017
Prejuízo do exercício	-	-	-	(357)	-	(357)
Destinação do resultado:						
Constituição de reservas	-	5	71	(76)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(24)	-	(24)
Absorção de prejuízos	-	-	(457)	457	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Reapresentado)	70.560	1.124	8.677	-	1.275	81.636
Prejuízo do exercício	-	-	-	(9.884)	-	(9.884)
Destinação do resultado:						
Absorção de prejuízos com reservas	-	(1.124)	(8.677)	9.801	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Reapresentado)	70.560	-	-	(83)	1.275	71.752

2.8.2 Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Conforme as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia procedeu alterações na aplicação da prática contábil aplicada para o reconhecimento dos ativos operacionais do seu parque eólico, anteriormente tratados como ativos intangíveis de acordo com a interpretação técnica ICPCP 01 – Contratos de Concessão. Essas alterações foram feitas nos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2017.

As reclassificações e correções de erros abaixo apresentadas, foram realizadas para proporcionar informações mais relevantes relacionadas aos seguintes itens:

- a) Reclassificação do direito de operação, com base na OCPC 05, que orienta sobre a aplicação da ICPC 01 para os contratos de concessão. Tendo em vista que a Companhia não atende aos requisitos para que seja aplicada a ICPC 01, foi realizada a reclassificação para o ativo imobilizado;
- b) Reversão dos impostos diferidos relativos a aplicação da ICPC 01 devido a mudança de classificação do direito de operação;
- c) Reversão da margem de construção contabilizada no Ativo Intangível em decorrência da ICPC 01;
- d) Reversão da amortização da margem de construção;
- e) Reversão da amortização dos impostos diferidos;
- f) Provisão para desmobilização do parque eólico.

Balanco Patrimonial - Ativo	Nota	2017 Apresentado	Ajustes	2017 Reapresentado
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa		35.373	-	35.373
Contas a receber de cliente		4.010	-	4.010
Estoques		159	-	159
Impostos a recuperar		1.074	-	1.074
Partes relacionadas		-	-	-
Despesas antecipadas		359	-	359
Adiantamentos a fornecedores		228	-	228
Outros ativos		273	-	273
TOTAL DO CIRCULANTE		41.476	-	41.476
NÃO CIRCULANTE				
Depósitos vinculados		6.591	-	6.591
Impostos a recuperar		593	-	593
Partes relacionadas		843	-	843
Imobilizado	a; f	674	108.014	108.688
Intangível	a; c; d	111.123	(110.167)	956
Outros ativos		651	-	651
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		120.475	(2.153)	118.322
ATIVO TOTAL		161.951	(2.153)	159.798

Balço Patrimonial - Passivo	Nota	2017 Apresentado	Ajustes	2017 Reapresentado
CIRCULANTE				
Fornecedores		573	-	573
Empréstimos e financiamentos		15.428	-	15.428
Contas a pagar – Eletrobras		9.382	-	9.382
Obrigações sociais		182	-	182
Impostos a recolher		96	-	96
Dividendos a pagar		446	-	446
TOTAL DO CIRCULANTE		26.107	-	26.107
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos		43.712	-	43.712
Contas a pagar – Eletrobras		1.050	-	1.050
Impostos diferidos	b; e	1.381	(1.381)	-
Provisões para riscos		646	-	646
Provisão para Desmobilização de Ativos	f	-	6.565	6.565
Outros passivos		82	-	82
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		46.871	5.184	52.055
TOTAL DO PASSIVO		72.978	5.184	78.162
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social		70.560	-	70.560
Reservas de Lucros	b; c; d; e; f	17.138	(7.337)	9.801
Adiantamentos para futuro aumento de capital		1.275	-	1.275
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		88.973	(7.337)	81.636
PASSIVO TOTAL		161.951	(2.153)	159.798

Demonstrações dos Resultados	Nota	2017 Apresentado	Ajustes	2017 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA		20.582	-	20.582
CUSTOS OPERACIONAIS				
Pessoal		(1.620)	-	(1.620)
Material		(282)	-	(282)
Serviços de terceiros		(1.239)	-	(1.239)
Amortização e depreciação	d; f	(9.521)	193	(9.328)
Taxa de fiscalização e transmissão		(1.910)	-	(1.910)
Outros custos		(1.035)	-	(1.035)
		(15.607)	193	(15.414)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		4.975	193	5.168
DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal e administradores		(3)	-	(3)
Amortização e Depreciação		(195)	-	(195)
Serviços de terceiros		(256)	-	(256)
Outras despesas gerais		(1.523)	-	(1.523)
		(1.977)	-	(1.977)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		2.998	193	3.191
Receitas Financeiras		3.471	-	3.471
Despesas Financeiras	f	(6.095)	(528)	(6.623)
		(2.624)	(528)	(3.152)
Resultado antes dos Impostos		374	(335)	39
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(302)	-	(302)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	e	28	(122)	(94)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		100	(457)	(357)

	2017 Apresentado	Ajustes	2017 Reapresentado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercício	100	(457)	(357)
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	9.716	(193)	9.523
Juros sobre empréstimos e financiamentos	6.058	-	6.058
Rendimentos Financeiros sobre Depósitos vinculados	(606)	-	(606)
Impostos diferidos	(28)	122	94
Juros sobre mútuos	(65)	-	(65)
Provisão para riscos	315	-	315
Provisão para desmobilização de ativos	-	528	528
	15.490	-	15.490
(Aumento) Redução de Ativos			
Contas a receber de clientes	(151)	-	(151)
Impostos a recuperar	(1.212)	-	(1.212)
Adiantamentos a fornecedores	636	-	636
Despesas antecipadas	(21)	-	(21)
Partes relacionadas	(778)	-	(778)
Estoques	(159)	-	(159)
Outros ativos	(556)	-	(556)
	(2.241)	-	(2.241)
(Redução) Aumento de Passivos			
Fornecedores	(231)	-	(231)
Obrigações Sociais	(7)	-	(7)
Impostos a recolher	(217)	-	(217)
Contas a pagar – Eletrobras	7.611	-	7611
Juros pagos	(1.631)	-	(1631)
	5.525	-	5.525
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.774	-	18.774
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adição ao Imobilizado e ao Intangível	(126)	-	(126)
Depósitos vinculados	78	-	78
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(48)	-	(48)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(14.896)	-	(14.896)
Partes relacionadas – Recebimento de mútuo a parte relacionada	15.130	-	15.130
Dividendos pagos	(1.335)	-	(1.335)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.101)	-	(1.101)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.625	-	17.625
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17.748	-	17.748
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	35.373	-	35.373
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.625	-	17.625

Balço Patrimonial - Ativo	Nota	01/01/2017 Apresentado	Ajustes	01/01/2017 Reapresentado
CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa		17.748	-	17.748
Contas a receber de cliente		3.859	-	3.859
Impostos a recuperar		455	-	455
Partes relacionadas		15.048	-	15.048
Despesas antecipadas		338	-	338
Adiantamentos a fornecedores		864	-	864
Outros ativos		234	-	234
TOTAL DO CIRCULANTE		38.546	-	38.546
NÃO CIRCULANTE				
Depósitos vinculados		6.063	-	6.063
Impostos diferidos		-	93	93
Imobilizado	a; f	676	117.330	118.006
Intangível	a; c	120.690	(119.675)	1.015
Diferido		21	-	21
Outros ativos		135	-	135
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		127.585	(2.252)	125.333
ATIVO TOTAL		166.131	(2.252)	163.879

Balço Patrimonial - Passivo	Nota	01/01/2017 Apresentado	Ajustes	01/01/2017 Reapresentado
CIRCULANTE				
Fornecedores		804	-	804
Empréstimos e Financiamentos		14.402	-	14.402
Contas a pagar – Eletrobras		1.671	-	1.671
Obrigações sociais		189	-	189
Impostos a recolher		313	-	313
Dividendos a pagar		1.758	-	1.758
TOTAL DO CIRCULANTE		19.137	-	19.137
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos		55.207	-	55.207
Contas a pagar – Eletrobras		1.150	-	1.150
Impostos diferidos	b	1.409	(1.409)	-
Provisões para riscos		331	-	331
Provisão para Desmobilização de Ativos	f	-	6.037	6.037
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		58.097	4.628	62.725
TOTAL DO PASSIVO		77.234	4.628	81.862
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social		70.560	-	70.560
Reservas de Lucros	b; c; f	17.062	(6.880)	10.182
Adiantamentos para futuro aumento de capital		1.275	-	1.275
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		88.897	(6.880)	82.017
PASSIVO TOTAL		166.131	(2.252)	163.879

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017	01/01/2017
Recursos em contas bancárias – aplicação automática			
Caixa Econômica Federal	1.231	35.373	17.748
Total	1.231	35.373	17.748

Aplicações financeiras automáticas vinculadas aos saldos das contas correntes regulares, com liquidez imediata e não estão sujeitos a riscos significativos de mudança de valor. Foram remuneradas à taxas, aproximadamente 6,23% de rendimento, nos últimos doze meses, (entre 9,61% e 9,88%, em 2017 e entre 13,54% e 14,17% em 2016).

Por não haver restrições ao resgate antecipado dos valores aplicados e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, as aplicações foram consideradas equivalentes de caixa.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTE

O saldo do contas a receber junto à Eletrobras em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$3.136 (R\$4.010 em 31 de dezembro de 2017 e R\$3.859 em 01 de janeiro de 2017), refere-se à venda de energia e está composto por uma parcela da fatura do mês de novembro e a fatura do mês de dezembro.

De acordo com o contrato de compra e venda de energia, o pagamento de cada fatura mensal ocorrerá em três parcelas iguais, sendo a primeira e a segunda com vencimentos em até o dia 20 e 30 do mês subsequente ao do período de operação considerado. Já a terceira parcela terá vencimento até o dia 10 do segundo mês subsequente ao do período de operação considerado.

A exposição da Companhia a risco de crédito está divulgada na nota explicativa nº 19.

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2018	2017	01/01/2017
CSLL a recuperar (a)	72	224	-
IRRF a recuperar (a)	985	624	-
IRRF sobre aplicação financeira (b)	97	808	444
Outros	12	11	11
Total	1.166	1.667	455
Circulante	376	1.074	455
Não circulante	790	593	-
Total	1.166	1.667	455

(a) Referem-se a créditos oriundos de valores retidos na fonte sobre o recebimento da receita de venda de energia à Eletrobras S.A.

(b) Referem-se a créditos oriundos de retenções na fonte de aplicações financeiras.

6. DEPÓSITOS VINCULADOS

	2018	2017	01/01/2017
Conta reserva especial (a)	1.578	1.498	1.376
Conta reserva (b)	5.387	5.093	4.687
Total	6.965	6.591	6.063

Refere-se a obrigações contratuais do financiamento com a Caixa Econômica Federal, conforme discriminado abaixo:

- (a) Conta reserva especial - precisa manter um saldo equivalente a R\$759, a ser constituído do segundo ao sexto mês após a entrada em operação. A variação apresentada na referida conta se deve ao acréscimo de rendimento do período.
- (b) Conta reserva - precisa manter um saldo equivalente ao valor de três prestações mensais, vincendas, constituídas do principal, encargos e acessórios.

Os saldos são mantidos em contas de aplicação financeiras e sobre os mesmos incidem rendimentos de 97% a 101,5% da variação do CDI e em fundo de investimento amplo, que obteve nos últimos doze meses, aproximadamente 6,23% de rendimento.

Em 13 de julho de 2018, a Companhia assinou termo aditivo para o contrato de vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, que previa a liberação dos recursos contidos na Conta Reserva e Conta Reserva Especial, condicionada a utilização dos recursos para o custeio de despesas de manutenção e investimentos necessários para a troca e melhoria (retrofit) dos equipamentos e a celebração de contrato de fornecimento de solução tecnológica para troca e melhoria dos equipamentos de geração de energia. A Companhia deverá constituir a Conta Reserva e Conta Reserva Especial, após o fim do período de carência intermitente.

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxa média anual depre c. (%)	2018			2017 (Reapresentado)			01/01/2017 (Reapresentado)		
		Custo	Dep./ Amort. Acum.	Valor Líquido	Custo	Dep./ Amort. Acum.	Valor Líquido	Custo	Dep./ Amort. Acum.	Valor Líquido
Intangível										
Concessão	5	1.560	(711)	849	1.560	(634)	926	1.544	(545)	999
Outros	-	32	(8)	24	30	-	30	16	-	16
Total do Intangível		1.592	(719)	873	1.590	(634)	956	1.560	(545)	1.015
Imobilizado										
Móveis e utensílios	10	42	(13)	29	39	(9)	30	38	(5)	33
Computadores e periféricos	20	47	(27)	20	45	(20)	25	45	(11)	34
Máquinas e equipamentos (1)	10	196.379	(95.012)	101.367	194.083	(85.589)	108.494	193.991	(76.214)	117.777
Ferramentas	10	51	(16)	35	50	(12)	38	47	(7)	40
Peças reposição	10	133	(45)	88	133	(32)	101	133	(11)	122
Imobilizado em curso		1.322	-	1.322	-	-	-	-	-	-
Total do Imobilizado		197.974	(95.113)	102.861	194.350	(85.662)	108.688	194.254	(76.248)	118.006
Total Imobilizado + Intangível		199.566	(95.832)	103.734	195.940	(86.296)	109.644	195.814	(76.793)	119.021

(1) A depreciação de “Máquinas e equipamentos” varia de 5% a 10%.

A movimentação do imobilizado e do intangível é como segue:

	Valor Bruto em 2017 (Reapresentado)	Adições	Valor Bruto em 2018	Depreciação/ Amortização acumulada	Valor Líquido em 2018
Intangível					
Concessão	1.560	-	1.560	(711)	849
Outros	30	2	32	(8)	24
Total do Intangível	1.590	2	1.592	(719)	873
Imobilizado					
Computadores e periféricos	45	2	47	(27)	20
Máquinas e equipamentos	194.083	2.296	196.379	(95.012)	101.367
Ferramentas	50	1	51	(16)	35
Móveis e utensílios	39	3	42	(13)	29
Peças reposição	133	-	133	(45)	88
Imobilizado em curso	-	1.322	1.322	-	1.322
Total do Imobilizado	194.350	3.624	197.974	(95.113)	102.861
Imobilizado + Intangível	195.940	3.626	199.566	(95.832)	103.734

Em 31 de dezembro de 2018 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

8. FORNECEDORES

	2018	2017	01/01/2017
Materiais	354	139	488
Serviços	678	434	316
Total	1.032	573	804

9. CONTAS A PAGAR – ELETROBRAS

	2018	2017	01/01/2017
Provisão REIDI (a)	1.050	1.150	1.250
Ajuste de energia de 2018 (b)	3.273	-	-
Ajuste de energia de 2017 (b)	-	9.282	-
Ajuste de energia de 2016 (b)	-	-	1.571
Total	4.323	10.432	2.821
Circulante	3.373	9.382	1.671
Não circulante	950	1.050	1.150
Total	4.323	10.432	2.821

- (a) Refere-se à provisão do desconto de tarifa a ser efetuada pela Eletrobras, decorrente do benefício auferido pela Companhia durante o período de construção do parque eólico, conforme legislação que instituiu o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI. A liquidação deste saldo está sendo realizada em conformidade ao período de vigência do contrato de venda de energia.
- (b) Conforme o Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras, o somatório das diferenças mensais apuradas durante o ano, período de 12 meses começando em janeiro e terminando em dezembro, será compensado nos pagamentos do ano subsequente. A parcela do ajuste será calculada pela diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada no ano, rateada igualmente pelos 12 meses do ano subsequente.

O ajuste de energia de 2018, refere-se à diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada no exercício de 2018. Este ajuste será liquidado em doze parcelas iguais, mensais e consecutivas, incluídas no faturamento da Eletrobras ao longo do exercício de 2019.

	2018
Energia gerada em MWh	66.494
Energia faturada em MWh	73.525
Ajuste de energia em MWh	(7.031)
Ajuste de energia em R\$ mil	3.273

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 2018, a Companhia assinou aditivo para a repactuação da dívida com a Caixa Econômica Federal, incluindo as condições relacionadas na nota explicativa nº 1.1.

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moeda	Saldo em 2018			Saldo em 2017	Saldo em 01/01/2017
				Circulante	Não Circulante	Total		
MOEDA NACIONAL								
Caixa Econômica Federal	Setembro/2021	TJLP + 2,50%	R\$	-	55.576	55.576	59.140	69.609
Total Geral				-	55.576	55.576	59.140	69.609

A composição consolidada dos empréstimos e financiamentos, por indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2020	2021	Total
Indexadores			
Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP	18.525	37.051	55.576
Total Geral	18.525	37.051	55.576

O indexador utilizado para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos teve as seguintes variações:

Indexador	Variação Acumulada em 2018 (%)	Variação Acumulada em 2017 (%)
TJLP	(0,29)	(6,67)

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 01 de janeiro de 2017	69.609
Variação Monetária	6.058
Encargos Financeiros pagos	(1.631)
Amortização de Financiamentos	(14.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	59.140
Variação Monetária	4.975
Encargos Financeiros pagos	(709)
Amortização de Financiamentos	(7.830)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	55.576

Garantias

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido por sua controladora Cemig GT da seguinte forma:

	2018
Recebíveis	55.576
TOTAL	55.576

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Caixa Econômica Federal poderá declarar antecipadamente vencido o contrato no caso de ocorrer uma das seguintes situações: inadimplemento, falência, ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar a segurança do crédito concedido, redução do quadro de pessoal e extinção da autorização da ANEEL para exploração do empreendimento.

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Exigibilidade de cumprimento
Financiamento Caixa Econômica Federal	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	Manter Índice igual ou superior a 1,20	Anual (durante o período de amortização)
	Patrimônio Líquido/Passivo Total	Manter relação mínima de 20,61%	Permanente (durante o período de amortização)
	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	Manter relação mínima de 20,61%	Permanente (durante o período de amortização)

Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru possuem *covenants* financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, anualmente e durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de agosto de 2020.

Em função da Companhia não ter atendido o cumprimento dos limites acima descritos em 31 de dezembro de 2017, o saldo de empréstimos e financiamentos foi classificado no passivo circulante. Em decorrência do atendimento aos *covenants* em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reclassificou o saldo para o não circulante.

11. PROVISÕES PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui processos cuja probabilidade de perda foi considerada provável pelos assessores jurídicos.

Saldo em 01 de janeiro de 2017	331
Complemento de provisão	315
Saldo em 31 de dezembro de 2017	646
Reversão de provisão	(646)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Trabalhistas

A Companhia é parte de ações movidas por seus empregados, as quais versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias e benefícios diversos, sendo o valor da contingência, aproximadamente, de R\$ 716.

Cíveis

Ainda, a Companhia está envolvida em ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$3.722.

Tributárias

Também é parte de processos judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, entre outros, assuntos a respeito do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), sendo o valor da contingência, aproximadamente, de R\$11.518.

12. DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes, deve-se constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Ativo	
CAPEX	190.161
3% do CAPEX	5.705
WTG (Gerador Eólico de Torre)	19
Custo/WTG sem o efeito da inflação:	300
Índice de atualização (1)	1.217,73
Taxa de desconto (CDI) (2)	8,6205%
Valor presente dos custos estimados (2009)	3.296
Amortização até 31/12/2016	(1.222)
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2016	2.074
Amortização em 2017	(165)
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2017	1.909
Amortização em 2018	(165)
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2018	1.744

(1) Índice de atualização pelo IGP-M, considerando o período da entrada em operação do parque eólico, sendo agosto de 2009.

(2) Taxa CDI do período de entrada em operação do parque eólico.

Passivo	
Saldo em 01 de janeiro de 2017	6.037
Variação Monetária	528
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.565
Variação Monetária	574
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.139

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 01 de janeiro de 2017, o capital social subscrito e integralizado é de R\$70.560, representado por 70.560.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT em 2018. Em 2017 e 01 de janeiro de 2017, 35.985.600 (51%) pertenciam à Energimp e 34.574.400 (49%) eram de propriedade da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais. As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia ou distribuição de dividendos.

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Refere-se a recursos financeiros utilizados no pagamento de gastos da Companhia, referentes à fase de implantação do empreendimento repassados por seus acionistas. O saldo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é de R\$1.275.

A Companhia mantém o valor registrado como instrumento de patrimônio, em função de não haver intenção de devolução em caráter irrevogável e irretratável, bem como não existir qualquer tipo de indexação ou remuneração do montante prevista até a data de conversão.

Prejuízo por lote de mil ações

Está calculado com base na quantidade média ponderada das ações disponíveis na data do balanço. No caso da Companhia, o prejuízo diluído por ação é igual ao prejuízo básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidores.

Ações em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	70.560.000
Prejuízo do exercício	(9.884)
Prejuízo básico diluído por lote de mil ações - R\$ (reapresentado)	(140,08)

14. RECEITA

	2018	2017
Venda de energia	29.674	22.799
Deduções à receita operacional (a)	(741)	(2.217)
Receita Operacional Líquida	28.933	20.582

(a) Deduções à Receita Operacional

	2018	2017
PIS/COFINS correntes	(860)	(2.217)
Créditos de PIS/COFINS sobre diferenças temporárias	119	-
Total das deduções	(741)	(2.217)

15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Serviços de terceiros	12.008	1.495
Material	7.133	282
Pessoal	1.685	1.623
Depreciação e amortização	9.537	9.523
Taxa de fiscalização e transmissão	1.920	1.910
Outros	1.349	2.558
	33.632	17.391
Custos totais	32.710	15.414
Despesa operacional	922	1.977
TOTAL	33.632	17.391

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2018	2017
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras - Equivalentes de caixa	830	2.779
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados	374	606
Juros sobre mútuos	301	65
Outras receitas financeiras	-	21
	1.505	3.471
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.975)	(6.058)
Outras despesas financeiras	(601)	(565)
	(5.576)	(6.623)
Resultado Financeiro	(4.071)	(3.152)

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Para o exercício de 2018 a Companhia optou pela mudança do regime tributário de apuração do imposto de renda e contribuição social, passando do regime de lucro real para o lucro presumido. O cálculo da despesa com imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está demonstrado abaixo:

	2018	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Faturamento	33.605	33.605
Descontos da fatura:		
REIDI do período	(529)	(529)
Ajuste de energia 2017	(9.282)	(9.282)
Base de Cálculo s/ Faturamento	23.794	23.794
Percentual de presunção	8%	12%
Base de Cálculo antes de outras Receitas	1.904	2.855
Receitas Financeiras	1.505	1.505
Base de Cálculo	3.409	4.360
Alíquota nominal	15%	9%
Tributos apurados	(511)	(392)
Adicional (10%)	(317)	-
Outros	4	26
IR e CS correntes	824	366
IR e CS diferidos	(56)	(20)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	768	346

Lucro Real	2017
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	374
Adições	755
Lucro real	1.129
Alíquotas fiscais combinadas	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social devidos	(384)
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social apurado por estimativa	82
Prejuízo fiscal e base negativa	(94)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(396)

O saldo dos impostos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está composto conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
IR e CS sobre diferenças temporárias sobre reconhecimento de receita	76	-
Total IR e CS	76	-
PIS e COFINS sobre diferenças temporárias sobre reconhecimento de receita	119	-
Total PIS e COFINS	119	-
Total Impostos diferidos ativos	195	-
Efeito IR e CSLL no resultado	76	(94)
Efeito PIS e COFINS no resultado	119	-
Efeito total no resultado	195	(94)

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO			PASSIVO		
	2018	2017	01/01/2017	2018	2017	01/01/2017
Cemig Geração e Transmissão S.A.						
Circulante						
Dividendos	-	-	-	11	11	406
Central Eólica Volta do Rio S.A.						
Não circulante						
Notas de crédito (2)	878	843	-	-	-	-
Mútuo (1)	22.000	-	6.944	-	-	-
Energimp S.A.						
Circulante						
Dividendos (3)	-	-	-	435	435	1.352
Central Eólica Praia do Morgado S.A.						
Circulante						
Mútuo (1)	-	-	8.104	-	-	-
	22.878	843	15.048	446	446	1.758

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Empréstimo com parte relacionada a ser utilizado no conserto dos aerogeradores cujas condições de pagamento ainda estão sendo definidas entre as partes. Sobre os saldos incidem IOF.
- (2) Reembolso de pagamentos de despesas diversas.
- (3) A partir de 20 de dezembro de 2018, com a conclusão do descruzamento de ativos, a Energimp S.A. deixou de ser parte relacionada da Companhia. Os valores apresentados a título de dividendos se referem a exercícios anteriores e já foram pagos durante o ano de 2019.

A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2018		2017		01/01/2017	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos							
Custo amortizado (1)							
Contas a receber de cliente	2	3.136	3.136	4.010	4.010	3.859	3.859
Partes relacionadas	2	22.878	22.878	843	843	15.048	15.048
Depósitos vinculados	2	6.965	6.965	6.591	6.591	6.063	6.063
		32.979	32.979	11.444	11.444	24.970	24.970
Valor justo por meio do resultado							
Equivalentes de Caixa – Aplicações financeiras	2	1.231	1.231	35.373	35.373	17.748	17.748
		1.231	1.231	35.373	35.373	17.748	17.748
		34.210	34.210	46.817	46.817	42.718	42.718

	Nível	2018		2017		01/01/2017	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Passivos							
Custo amortizado (1)							
Fornecedores	2	(1.032)	(1.032)	(573)	(573)	(804)	(804)
Empréstimos e financiamentos	2	(55.576)	(55.576)	(59.140)	(59.140)	(69.609)	(69.609)
Contas a pagar – Eletrobras	2	(4.323)	(4.323)	(10.432)	(10.432)	(2.821)	(2.821)
		(60.931)	(60.931)	(70.145)	(70.145)	(73.234)	(73.234)

(1) Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 01 de janeiro de 2017, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2018, 2017 e 01 de janeiro de 2017.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta a variação das taxas de juros nacionais, relacionados às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI, conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017	01/01/2017
Ativos Financeiros			
Aplicações financeiras CDB e Fundos de investimento	1.231	35.373	17.748
Depósitos vinculados	6.965	6.591	6.063
	8.196	41.964	23.811
Passivos Financeiros			
Empréstimos e Financiamentos (TJPL + 2,5% a.a.)	(55.576)	(59.140)	(69.609)
	(55.576)	(59.140)	(69.609)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	(47.380)	(17.176)	(45.798)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2019, a taxa SELIC será de 5,25% e a TJLP será de 5,58%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	2018	2019		
	Valor contábil	Cenário TJLP 5,58%	Cenário TJLP + 25% 6,975%	Cenário TJLP + 25% 8,37%
		SELIC 5,25%	SELIC + 25% 6,5625%	SELIC +50% 7,875%
Ativos				
Aplicações financeiras CDB e Fundos de investimento - SELIC	1.231	1.296	1.312	1.328
Depósitos vinculados - SELIC	6.965	7.331	7.422	7.513
	8.196	8.626	8.734	8.841
Passivos				
Empréstimos e financiamentos – TJLP	(55.576)	(58.677)	(59.452)	(60.228)
Passivo líquido exposto	(47.380)	(50.051)	(50.719)	(51.386)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(2.671)	(3.339)	(4.006)

Risco de Liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	1.032	-	-	-	-	1.032
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	55.576	-	55.576
Contas a pagar - Eletrobras	281	563	2.530	400	550	4.323
	1.313	563	2.530	55.976	550	60.931

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados. A principal fonte de receitas da Companhia advém da venda de energia à Eletrobrás no âmbito do Proinfa, portanto, o risco de crédito é considerado baixo.

Risco de vencimento antecipado de empréstimo e financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos da Companhia com a Caixa Econômica Federal, as quais estão mencionadas na nota explicativa nº 10.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, que poderá acarretar na redução da quantidade de energia gerada e, conseqüentemente, na redução da rentabilidade do negócio.

20. COMPROMISSOS*Arrendamentos*

A Companhia possui compromisso referente ao contrato de arrendamentos de terras. Os pagamentos efetuados para arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos referem-se, preponderantemente, ao terreno onde estão instaladas as torres eólicas da Companhia e possuem as seguintes características:

Área (ha)	Início (Vigência)	Fim (Vigência)	Prazo	Pagamento Mensal
376	02/02/2002	02/02/2030	28 anos	2% da Receita Operacional

Contrato de reparo de aerogeradores

A Companhia possui contratos de prestação de serviços, fornecimento de materiais e equipamentos necessários para recuperação dos aerogeradores do seu parque eólico, com vigência até a completa execução dos serviços, sendo que em março de 2019, todos os aerogeradores estavam montados e em operação.

21. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro, com vigência até 1º de dezembro de 2019, para cobertura de riscos operacionais, sendo:

- R\$75.000 de indenização máxima contra danos materiais;
- R\$12.441 de indenização máxima para cobertura de lucros cessantes; e,
- R\$10.000 de indenização máxima para cobertura de responsabilidade civil.

As apólices de seguros foram emitidas considerando como segurados Central Eólica Praias de Parajuru S.A., Central Eólica Volta do Rio S.A. e Caixa Econômica Federal.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia, excepcionalmente, não apresentou as demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2019 no prazo exigido pelo contrato de empréstimo. Em virtude desta excepcionalidade, a Companhia solicitou à Caixa Econômica Federal que concedesse prazo adicional para a divulgação dessas demonstrações financeiras. Não houve decretação de vencimento antecipado do financiamento da Companhia em razão do atraso de divulgação das demonstrações financeiras em questão.

COVID-19 – Coronavírus – Impactos para a Companhia

A Companhia está acompanhando de perto os possíveis impactos da COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação, não tendo ainda observado efeitos significativos em sua situação patrimonial e resultados advindos da pandemia e da retração na atividade econômica, além de alteração de premissas utilizadas para cálculo de valor justo e recuperável de determinados ativos financeiros e não financeiros. A principal fonte de receitas da Companhia advém da venda de energia à Eletrobrás no âmbito do Proinfa, portanto, o risco de crédito é considerado baixo.

A Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus empregados próprios ou terceirizados não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagens nacionais e internacionais; utilização de meios de comunicação remota; *home office* para determinado grupo de empregados, etc.

Autorização de aportes para aumento de capital

Em setembro de 2020, o Conselho de Administração da controladora Cemig GT autorizou a realização de aportes na Companhia no valor de até R\$14.000, a serem realizados em 2020, com o consequente aumento de capital.

Com a efetivação dos aportes, o Capital Social da Companhia passará a ser de R\$84.560, representado por 84.560.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

Recebimento de mútuo - Volta do Rio

Em outubro de 2020, a Companhia recebeu o empréstimo concedido à parte relacionada Volta do Rio. As operações de mútuo foram realizadas em 2018, no valor principal de R\$21.300, com custo de 125,52% do CDI.

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor Presidente

Alexandre Vidigal Pereira Pinto
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 47.822

Carolina Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contadora CRC-MG 77.839

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", se houver, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Praias de Parajuru S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras, a Companhia está instalada em terreno arrendado, cujo contrato prevê a remoção de toda a estrutura operacional ao final do período de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia registrou o montante de R\$7.139 mil e R\$6.565 mil, respectivamente, referente aos custos estimados para gastos com a remoção de toda a estrutura operacional. No entanto, a documentação suporte disponibilizada pela Companhia não foi suficiente para suportar o montante registrado em 31 de dezembro 2018 e de 2017. Consequentemente, não foi possível concluirmos, por meio de procedimentos alternativos, sobre possíveis efeitos decorrentes de ajustes no ativo e no passivo não circulante e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, nem sobre os possíveis efeitos no resultado dos exercícios findos nessas datas, decorrentes da amortização do ativo e da atualização do passivo.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia vem apresentando prejuízos sucessivos e que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, incorreu em prejuízo de R\$9.884 mil. Essa condição, em conjunto com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Conforme mencionado na referida nota explicativa, a Companhia vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa, a qual, atualmente, está sendo financiada com recursos próprios. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfases

Reapresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em 27 de setembro de 2019 emitimos opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cujo balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido, estão sendo reapresentados, conforme descrito na nota explicativa nº 2.8 às demonstrações financeiras. Essa reapresentação está de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, em decorrência da mudança de política contábil aplicada pela Companhia para os ativos operacionais e a correção de erro relacionado à constituição da provisão para desmobilização dos ativos operacionais, as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, correspondentes ao exercício anterior e apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 02 de dezembro de 2020



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" CE



Jonatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3